



# MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E AGROECOLOGIA 6

Tayronne de Almeida Rodrigues  
João Leandro Neto  
Dennyura Oliveira Galvão  
(Organizadores)

**Tayronne de Almeida Rodrigues**  
**João Leandro Neto**  
**Dennyura Oliveira Galvão**  
(Organizadores)

# **Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia 6**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M514 Meio ambiente, sustentabilidade e agroecologia 6 [recurso eletrônico]  
/ Organizadores Tayronne de Almeida Rodrigues, João Leandro Neto, Dennyura Oliveira Galvão. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-334-7

DOI 10.22533/at.ed.347191604

1. Agroecologia – Pesquisa – Brasil. 2. Meio ambiente – Pesquisa – Brasil. 3. Sustentabilidade. I. Rodrigues, Tayronne de Almeida. II. Leandro Neto, João. III. Galvão, Dennyura Oliveira. IV. Série.

CDD 630

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

## APRESENTAÇÃO

A obra Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia vem tratar de um conjunto de atitudes, de ideias que são viáveis para a sociedade, em busca da preservação dos recursos naturais.

Em sua origem a espécie humana era nômade, e vivia integrada a natureza, sobreviviam da caça e da colheita. Ao perceber o esgotamento de recursos na região onde habitavam, migravam para outra área, permitindo que houvesse uma reposição natural do que foi destruído. Com a chegada da agricultura o ser humano desenvolveu métodos de irrigação, além da domesticação de animais e também descobriu que a natureza oferecia elementos extraídos e trabalhados que podiam ser transformados em diversos utensílios. As pequenas tribos cresceram, formando cidades, reinos e até mesmo impérios e a intervenção do homem embora pareça benéfica, passou a alterar cada vez mais negativamente o meio ambiente.

No século com XIX as máquinas a vapor movidas a carvão mineral, a Revolução Industrial mudaria para sempre a sociedade humana. A produção em grande volume dos itens de consumo começou a gerar demandas e com isso a extração de recursos naturais foi intensificada. Até a agricultura que antes era destinada a subsistência passou a ter larga escala, com cultivos para a venda em diversos mercados do mundo. Atualmente esse modelo de consumo, produção, extração desenfreada ameaça não apenas a natureza, mas sua própria existência. Percebe-se o esgotamento de recursos essenciais para as diversas atividades humanas e a extinção de animais que antes eram abundantes no planeta. Por estes motivos é necessário que o ser humano adote uma postura mais sustentável.

A ONU desenvolveu o conceito de sustentabilidade como desenvolvimento que responde as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer seus próprios anseios. A sustentabilidade possui quatro vertentes principais: ambiental, econômica, social e cultural, que trata do uso consciente dos recursos naturais, bem como planejamento para sua reposição, bem como no reaproveitamento de matérias primas, no desenvolvimento de métodos mais baratos, na integração de todos os indivíduos na sociedade, proporcionando as condições necessárias para que exerçam sua cidadania e a integração do desenvolvimento tecnológico social, perpetuando dessa maneira as heranças culturais de cada povo. Para que isso ocorra as entidades e governos precisam estar juntos, seja utilizando transportes alternativos, reciclando, incentivando a permacultura, o consumo de alimentos orgânicos ou fomentando o uso de energias renováveis.

No âmbito da Agroecologia apresentam-se conceitos e metodologias para estudar os agroecossistemas, cujo objetivo é permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maior sustentabilidade, como bem tratam os autores desta obra. A agroecologia está preocupada com o equilíbrio da natureza e a produção de alimentos sustentáveis, como também é um organismo vivo com sistemas integrados

entre si: solo, árvores, plantas cultivadas e animais.

Ao publicar esta obra a Atena Editora, mostra seu ato de responsabilidade com o planeta quando incentiva estudos nessa área, com a finalidade das sociedades sustentáveis adotarem a preocupação com o futuro.

Tenham uma excelente leitura!

Tayronne de Almeida Rodrigues

João Leandro Neto

Dennyura Oliveira Galvão

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
UM ESTUDO SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS E SUAS IMPLICAÇÕES NA CIDADE DE TERESINA/PI	
Emanuelle de Aragão Arrais Ana Virgínia Alvarenga Andrade Ana Cristina Claudino de Melo Ana Paula Claudino Melo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3471916041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>17</b>
RELAÇÃO ENTRE AVIFAUNA E PLANTAS FRUTÍFERAS EM PARQUES LINEARES URBANOS	
Carlos Humberto Biagolini Roberto Wagner Lourenço	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3471916042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>27</b>
ANÁLISE DA VIABILIDADE DE LOCALIZAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA DO PARÁ - PA DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES COM AUXÍLIO DA FERRAMENTA SIG	
Ana Larissa Pinto da Silva Ana Beatriz Neves da Silva João Francisco Costa Carneiro Junior Jamer Andrade da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3471916043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>43</b>
AVALIAÇÃO DO EFEITO DO REPROCESSAMENTO NAS PROPRIEDADES TÉRMICAS DO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) VERDE POR CALORIMETRIA EXPLORATÓRIA DIFERENCIAL (DSC)	
Amanda Vecila Cheffer de Araujo Lisete Cristine Scienza Alessandro Luiz Alves Soares Vinícius Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3471916044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>53</b>
AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO MECÂNICO DE CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PRODUZIDO COM RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL	
Leticia Martelo Pagoto Simone Cristina Caldato da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3471916045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>64</b>
EMPREGO DE TRATAMENTOS QUÍMICOS E FÍSICOS PARA A UTILIZAÇÃO DO RESÍDUO GERADO EM USINAS TERMELÉTRICAS	
Augusto César Cavalcanti Gomes Andréa de Vasconcelos Ferraz Lucimar Pacheco Gomes da Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3471916046</b>	

<b>CAPÍTULO 7 .....</b>	<b>73</b>
<b>ENERGIAS ALTERNATIVAS EM EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS – EXPERIÊNCIA EM ESTABELECIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS</b>	
Beatriz Stoll Moraes	
Victor Paulo Klöeckner Pires	
Lenilda Alves Oliveira	
Nilcilene de Acis Oliveira	
Viviane da Silva Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3471916047</b>	
<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>80</b>
<b>MENSURAÇÃO DA VULNERABILIDADE AMBIENTAL DAS OLARIAS DA REGIÃO DO SERIDÓ/RN</b>	
Luziana Maria Nunes de Queiroz	
Priscilla Pimentel Diógenes Góis de Araújo	
Juliana da Costa Maia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3471916048</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>93</b>
<b>MERCADOS INSTITUCIONAIS E A PROMOÇÃO DA AGRICULTURA QUILOMBOLA AGROECOLÓGICA</b>	
Cristiane Coradin	
Naziel de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3471916049</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>103</b>
<b>OS PARQUES URBANOS COMO ESPAÇOS DE BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA NA ATUALIDADE. UMA BREVE ANÁLISE NA CIDADE DE MAUÁ-SP</b>	
Marcela Hiluany	
Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160410</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>113</b>
<b>PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE MIRASSOL D'OESTE – MT</b>	
Cláudia Lúcia Pinto	
Valcir Rogério Pinto	
Carolina dos Santos	
Elaine Maria Loureiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160411</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>123</b>
<b>PERCEPÇÃO AMBIENTAL DO COMPLEXO DE COMÉRCIOS, TROCA-TROCA E SHOPPING DA CIDADE, SOBRE A DEGRADAÇÃO DO RIO PARNAÍBA EM TERESINA-PI</b>	
Francisco das Chagas Paiva Silva	
Francielly Lopes da Silva	
Diene Nascimento de Sousa	
Bruna de Freitas Iwata	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160412</b>	

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>132</b>
ESTUDO DE CASO DA LOGÍSTICA REVERSA NO MUNICÍPIO DE QUINZE DE NOVEMBRO, RIO GRANDE DO SUL	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Caroline Trombetta</li> <li>Alexandre Couto Rodrigues</li> <li>Clovis Orlando Da Ros</li> <li>Rodrigo Ferreira da Silva</li> </ul>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160413</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>147</b>
ESTRUTURA FÍSICA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VACINAÇÃO NO MARANHÃO, BRASIL	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Rejane Christine de Sousa Queiroz</li> <li>Amanda Valeria Damasceno dos Santos</li> <li>Laine Cortês Albuquerque Castro</li> <li>Ricardo Sousa Almeida</li> <li>Francelena de Sousa Silva</li> <li>Aline Sampieri Tonello</li> <li>Erika Bárbara Abreu Fonseca Thomaz</li> <li>Maria dos Remédios Freitas Carvalho Branco</li> <li>Luiz Augusto Facchini</li> </ul>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>159</b>
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: UMA ANÁLISE DA COLETA SELETIVA NOS PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA EM TERESINA, PIAUÍ	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Jéssica Aline Cardoso Gomes</li> <li>Francielly Lopes da Silva</li> <li>Francisco das Chagas Paiva Silva</li> <li>Diene Nascimento de Sousa</li> <li>Míriam Araújo de Oliveira</li> </ul>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>172</b>
GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA A PARTIR DA QUEIMA DO RESÍDUO DOMICILIAR	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Priscila Bolcchi</li> <li>Franciele Silva Martins dos Anjos</li> </ul>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>182</b>
PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DA CACHAÇA DE ALAMBIQUE NO ESTADO DE SÃO PAULO	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Raquel Nakazato Pinotti</li> <li>Adriana Renata Verdi</li> <li>Elisangela Marques Jeronimo</li> <li>Celina Maria Henrique</li> </ul>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160417</b>	

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>196</b>
REFUGIO DE VIDA SILVESTRE LAQUIPAMPA: VALORIZACIÓN E IDENTIFICACIÓN DE PLANES DE INTERVENCIÓN	
Licela Judith Paredes Tafur	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>203</b>
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INDICES DE GOVERNANÇA ELETRÔNICA NA GESTÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL LEGISLATIVO E EXECUTIVO DE PORTO VELHO CAPITAL DO ESTADO DE RONDÔNIA	
João Marcos Machado de França	
Mariluce Paes de Souza	
Theóphilo Alves de Souza Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>222</b>
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO TRATAMENTO DE PACIENTES COM DIAGNÓSTICO DE HANSENÍASE DE UMA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO LUIS – MA	
Kassya Rosete Silva Leitão	
Maria de Fátima Lires Paiva	
Maria Iêda Gomes Vanderlei	
Ortêncyra Moraes Silva	
Thalita Dutra de Abreu	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>229</b>
CARACTERIZAÇÃO QUALITATIVA DE SOLOS ATRAVÉS DE CROMATOGRÁFIA DE PFEIFFER EM AGROECOSSISTEMAS	
David Marx Antunes de Melo	
Eduarda Fernandes dos Reis	
Thiago do Nascimento Coaracy	
Alex da Silva Barbosa	
Alexandre Eduardo de Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>235</b>
DISTRIBUIÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL DOS CASOS DE INTOXICAÇÃO EXÓGENA NO ESTADO DO MARANHÃO	
Ana Emília F. Castelo Branco	
Fabrício B. Silva	
Jessflan Rafael N. Santos	
Tatiana de Sousa S. Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160422</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>239</b>
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – ESTUDO DE CASO	
Evandro Roberto Tagliaferro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160423</b>	

<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>254</b>
IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA POR CONTROLE SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR DE ALAGOAS	
Rafael Navas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160424</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>264</b>
INCORPORAÇÃO DE NANOPARTÍCULAS DE ÓXIDO DE ZIRCÔNIO EM ACETATO DE CELULOSE PARA A VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS	
Eupídio Scopel	
Carla da Silva Meireles	
Cleocir José Dalmaschio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160425</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>277</b>
INFLUÊNCIA DO TIPO DE EMBALAGEM NA QUALIDADE FISIOLÓGICA DE SEMENTES DE ALFACE E ALMEIRÃO, DURANTE A COMERCIALIZAÇÃO	
Mariana Araújo de Sena	
Arlete da Silva Bandeira	
Maria Caroline Aguiar Amaral	
Sávio de Oliveira Ribeiro	
Manoel Nelson de Castro Filho	
Caroline Boaventura Nascimento Penha	
Romana Mascarenhas Andrade Gugé	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160426</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>283</b>
PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS: APONTAMENTOS SOBRE O ICMS ECOLÓGICO COMO INSTRUMENTO DE FOMENTO A POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL	
Fernando Martinez Hungaro	
Edilene Mayumi Murashita Takenaka	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160427</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>296</b>
PERFIL DE USO DE AGROTÓXICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO – ALAGOAS	
Helane Carine de Araújo Oliveira	
Aldenir Feitosa dos Santos	
João Gomes da Costa	
Jessé Marques da Silva Júnior Pavão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160428</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>303</b>
PREPARO DE CANDIDATO A MATERIAL DE REFERÊNCIA PARA METAIS E SEMIMETAIS EM ÁGUAS: TESTES PRELIMINARES	
Luciana Juncioni de Arauz	
Marcia Liane Buzzo	
Maria de Fátima Henriques Carvalho	
Lidiane Raquel Verola Mataveli	
Paulo Tiglea	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160429</b>	

<b>CAPÍTULO 30 .....</b>	<b>312</b>
REFLEXÃO SOBRE O PROJETO DE UMA USINA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES - RS	
<a href="#">Maria Soares de Lima</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.34719160430</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES.....</b>	<b>316</b>

## MERCADOS INSTITUCIONAIS E A PROMOÇÃO DA AGRICULTURA QUILOMBOLA AGROECOLÓGICA

**Cristiane Coradin**

Universidade Federal do Paraná,  
Curitiba/Paraná

**Naziel de Oliveira**

Universidade Federal do Paraná,  
Curitiba/Paraná

**RESUMO:** O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, 2003, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, 2009, tem se tornado importantes políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e de promoção da agricultura familiar de base ecológica. No Vale do Ribeira Paraná, desde 2010 esses dois programas têm contemplado a participação de Comunidades Remanescentes de Quilombos e Comunidades Negras Tradicionais. O presente texto tem como objetivo analisar como a integração dessas comunidades ao PAA e PNAE se relaciona com a construção de processos de transição agroecológica. Para isso foi realizada pesquisa de campo e documental sobre o tema, entre março e agosto de 2013, associada a observações participantes complementares, realizadas entre março de 2015 a abril de 2016; e em janeiro de 2019. Os principais Resultados obtidos indicam que a inserção dos quilombolas ao PAA e PNAE contribuiu com a promoção de processos de transição agroecológica, certificação ecológica participativa, integração

em redes de comercialização ecológica regionais, contribuindo com processos de etnogênese desses grupos sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** quilombolas; políticas públicas; agricultura tradicional; agricultura ecológica.

**ABSTRACT:** Since the early 2000s, the Food Acquisition Program - PAA and the National School Feeding Program - PNAE has become important politics public in promoting food and nutrition security and family farming ecological basis. In the Ribeira Valley Paraná, since 2010 these two programs have contemplated the participation of Remnant of Maroons Communities and Traditional Maroons Communities. This summary to analyze how the integration of these communities to the PAA and PNAE has influenced the construction of agro-ecological transition processes. For that was performed field and documentary research on the subject held between March and August 2013, associated with complementary participant observations, performed in March 2015 and April 2016 and January 2019. The main results indicate that the inclusion of the Maroons to the PAA and PNAE contributed the promotion of agro-ecological transition processes, participatory eco-certification and integration into regional trading networks, if the construction of ethnogenesis two quilombolas.

**KEYWORDS:** maroons; public policy; traditional agriculture; ecological agriculture.

## 1 | INTRODUÇÃO

Desde 2003, para o caso do PAA e a partir de 2009 para o caso do PNAE, têm se tornado importantes políticas de promoção da segurança alimentar e nutricional e da reprodução social da agricultura familiar e camponesa de diversas famílias do Brasil. São dois programas públicos que tem como objetivos promover a agricultura familiar e erradicar processos de insegurança alimentar e nutricional. Paralelo a esses processos, a partir dos anos 1990 houve o reconhecimento jurídico, político e a positivação da identidade, modos de vida e territórios quilombolas.

Recentemente diversas pesquisas têm sido realizadas sobre o tema do PAA e PNAE, tais como Muller, Fialho e Schneider (2007); Grisa et. al.(2010), e também sobre o tema dos quilombos (CRQ), Leite (2000), Arruti(2006), porém, ainda escasseiam-se estudos que abordem o tema da participação de desses grupos como produtores de alimentos, fatores que justificam a elaboração desse texto.

Com o intuito de gerar contribuição ao tema, o objetivo principal desse estudo foi analisar os Resultados obtidos a partir da inclusão de cinco Comunidades Remanescentes de Quilombos - CRQ e duas comunidades negras tradicionais - CNT do Vale do Ribeira Paraná no PAA e PNAE desde os anos 2010 até 2018.

## 2 | METODOLOGIA

Para a concretização deste estudo, foi realizada pesquisa qualitativa, entendida como uma pesquisa que "[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (MINAYO, 2001. P. 21).

Dessa forma, priorizou-se realizar entrevistas semi-estruturadas e observações de campo, com objetivo de buscar compreender as dinâmicas, valores e representações dos sujeitos locais sobre os processos vivenciados (MINAYO, 2001).

Sendo uma pesquisa de caráter social, foi composta por 24 entrevistas semi-estruturadas realizadas em agosto de 2013, com mediadores técnicos e quilombolas da localidade, e com agricultores quilombolas da comunidade Córrego das Moças. As observações a campo foram realizadas em 2013 nessa comunidade, e em 2015 e 2016, em reuniões e atividades envolvendo o Fórum de Desenvolvimento Territorial do Vale do Ribeira, a Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia - AOPA e as CRQ's e CNT's pesquisadas. Em 2018 foi realizada pesquisa de campo pelo segundo autor, através de observações participantes em reuniões de gestão estadual do PNAE, em contato com a Associação Quilombola executora do Projeto de PNAE 2017/2018. Além dessa pesquisa de campo, também foi realizada pesquisa documental

e bibliográfica sobre o tema.

### 3 | FORMAÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO DO VALE DO RIBEIRA PARANÁ

Situado no leste do Estado do Paraná, o Vale do Ribeira é composto por sete municípios. Esse território abrange um dos mais baixos índices de IDH desse estado, sendo que a média dos sete municípios do território é de 0.682 (IPARDES, 2007). Os estudos de Carril (1995), indicam que raízes históricas da formação social e étnica do campesinato negro e caboclo do Vale do Ribeira remontam ao período compreendido entre os séculos XVII e XIX, a partir da exploração e decadência da mineração do ouro de aluvião, abrangendo os estados de São Paulo e Paraná.

O termo caboclo, tal como entendido por Arlene Renk(S.I. p.01), significa uma categoria construída pela oposição entre grupos étnicos imigrantes europeus - colonos de origem, e [...] os nativos, desclassificados como caboclos[brasileiros]. □À medida em que o caboclo se apresenta como diferente dos colonizadores, utiliza sua precedência no solo. □O caboclo é o segundo brasileiro. O primeiro é o índio□. □Ele não tem origem, como os italianos e os alemães. Ele é brasileiro. É do Brasil□ (SAVOLDI e RENK, 2008, p. 13).

Para Chayanov (1974), o campesinato representa uma categoria social específica, uma unidade de produção econômica, cuja constituição organizativa baseia-se no trabalho familiar, na produção de valores de uso diversificados; no bem estar familiar, objetivando um equilíbrio mínimo entre produção/consumo/bem estar/trabalho doméstico, e não uma taxa média de lucro, conectando-se a mercados e instituições de diferentes formas, a depender dos Contextos.

Dessa forma, o campesinato constitui o que Ploeg(2008) define como uma condição camponesa, que se orienta para □[...] a produção e crescimento do máximo de valor agregado possível”, cuja □[...] base de recursos disponíveis é quase sempre *limitada* [...] por tendência, intensiva [...]□ (PLOEG, 2008, p. 60-61), nas quais □os recursos sociais e materiais disponíveis representam uma unidade orgânica e são possuídos e controlados por aqueles que são diretamente envolvidos no processo de trabalho□ (Idem p. 60), buscando manter um equilíbrio interno, não dividindo entradas e saídas de renda, sem calcular custos e □lucros□ específicos (CHAYANOV, 1974).

Além disso, há centralidade no trabalho familiar, cujos □[...] níveis de intensidade e o desenvolvimento continuado dependem criticamente da quantidade e qualidade do trabalho□ (PLOEG, 2008, p. 61), priorizando-se a otimização de recursos internos da propriedade, desenvolvendo relações parcialmente dependentes e vinculadas a mercados.

De acordo com estudos do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER, 2008), o predomínio de relevo acidentado, constrangeu a adoção de agricultura mecanizada intensiva, condicionando esse território à adaptação e manejo

mínimo do solo, mantendo um tipo de agricultura e de campesinato[3] específicos. Esse tipo de agricultura foi estudado por Lourival Fidelis(2011) e é entendido como uma □Agricultura Tradicional Camponesa□, com sistemas de produção baseados na roçada(milho, abóbora, feijão, etc.), amontoa e queimada da mata primária e secundária em regeneração, ou da derrubada e queima da mata fechada, abandonando e retorno posterior à área.

Esse sistema de produção sofreu forte impacto nos anos 1960-1990 com processos de concentração fundiária, redução da capacidade produtiva dos agroecossistemas e êxodo rural.

Foi então, somente a partir do reconhecimento público e jurídico dessas comunidades como CRQs a partir de 2004, e do acesso desses grupos a políticas públicas étnico raciais e ao PAA e PNAE, que esses Contextos puderam começar a ser alterados. Atualmente estão certificadas pela Fundação Cultural Palmares 08 CRQ's e duas CNT's (GTCM, 2010).

## **4 | POLÍTICAS PÚBLICAS, AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL**

As políticas públicas são aqui entendidas como construções sociais, que envolvem administração pública, instituições públicas e privadas e sociedade civil, conflitos de poderes, interesses, recursos, negociações e construções de agendas de políticas e de cidadania (DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S.P, 2007).

Segundo Souza (2006), as políticas públicas possuem quatro referenciais representados por H. Laswell (1936), H. Simon (1957), C. Lindblom (1959) e D. Easton (1965). Com esse autores, Souza (2006), destaca em Laswell a relevância do diálogo entre cientistas/acadêmicos, grupos sociais e governo como base para a denominada *Policy analysis* ou análise de política pública. Em Simon (1957) credita a racionalidade instrumental; em Lindblom vê as políticas públicas de forma crítica para além do racionalismo; e em Easton procura desenvolver uma visão sistêmica.

Para Souza (2006) existe uma articulação de governo, sociedade, organizada em setores para construção de políticas Públicas. A mesma visão é também compartilhada por Farah (2011) que visualiza uma interdependência entre administração pública e políticas públicas, superando uma dicotomia entre quem formula e executa.

Além das relações entre sociedade civil, Estado e governos, Kingdon (2007) destaca a importância da definição de agendas e define políticas públicas da seguinte forma:

De uma maneira bastante simplificada, podemos considerar que a formulação de políticas públicas, é um conjunto de processos, incluindo pelo menos: o estabelecimento de uma agenda; a especificação das alternativas a partir das quais as escolhas são feitas; uma escolha final entre essas alternativas específicas, por meio de votação no legislativo ou decisão presidencial; e a implementação dessa decisão (KINGDON, 2007, p. 221).

Corroborando com estes autores, Sorrentino (2005) destaca as relações de poder e as dimensões da cidadania e da ética na constituição de políticas públicas:

Considerando a ética da sustentabilidade e os pressupostos da cidadania, a política pública pode ser entendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam a relação de poder e se destina à resolução pacífica de conflitos assim como à construção e aprimoramento do bem comum. Sua origem está nas demandas provenientes de diversos sistemas (mundial, nacional, estadual, municipal) e seus subsistemas políticos, sociais e econômicos onde as questões que afetam a sociedade se tornam públicas e formam correntes de opinião com pautas a serem debatidas em fóruns específicos (Sorrentino, 2005, p. 286).

No que diz respeito ao Brasil e à agricultura, as políticas públicas instituídas no século XX, historicamente tiveram como objetivo central assegurar o desenvolvimento do modelo agrícola agroexportador, promovendo, em contrapartida, uma crescente marginalização dos agricultores familiares, reproduzindo um padrão de desenvolvimento rural excludente e desigual, tal como analisadas por Mielitz Netto (2011) e por Leite (2000).

De acordo como Mielitz Netto (2011), quanto à agricultura familiar, em meio a esse contexto, será consagrada juridicamente como sujeito de direito a políticas públicas somente em meados dos anos 1990, decorrente de um cenário macroeconômico de expansão do neoliberalismo no Brasil, de agravamento das questões sociais, e das diversas formas de pressões sociais que passaram a se constituir nesse período, iniciando a construção e efetivação jurídica de políticas públicas específicas para esse segmento político.

Agricultura familiar aqui é compreendida como uma categoria política, que guarda traços de permanências e transformações, desde uma gênese que se situa nas formações sociais dos campesinatos heterogêneos brasileiros (WANDERLEY, 2003; NEVES, 2007). O uso deste termo, sob o aspecto político, pode ser justificado, por tornar categorias sociais de agricultores historicamente subordinados a relações econômicas de exploração e de submissão, como [...] *‘sujeitos de direitos consagrados’* [...] (NEVES, 2007, p.15.) visando à construção de relações sociais que assegurem maior autonomia e liberdade (PLOEG, 2008).

De acordo com Maluf (2007), nos anos 1990, ao mesmo tempo em que a agricultura familiar passou a reivindicar reconhecimento e políticas públicas, foram realizadas no Brasil diversas ações sobre a questão da fome, alimentação e pobreza, processos que engendraram a construção social do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de uma agenda de ações políticas expressas na criação do Programa Fome Zero em 2002, no Programa Brasil Sem Miséria, na criação do CONSEA em 2003 e da Política Nacional de SAN em 2004.

No ano de 1993 foi criado o I Conselho Nacional de SAN □ CONSEA, em 1994, realizada a I Conferência Nacional da SAN, precedidas por uma série de processos de debates locais, regionais, estaduais, conseguindo □[...] introduzir a segurança

alimentar na agenda nacional [...] (MALUF, 2007, p. 83). Em 1996 foi realizada a Cúpula Mundial da Alimentação, dando origem às concepções e à política da SAN aprovadas na II Conferência de SAN de 2004 e às concepções atuais de SAN. O documento desta cúpula mundial realizada em 1996 propôs a seguinte definição de SAN:

Segurança alimentar significa garantir, a todos condições de acesso a alimentos básicos que qualidade, em quantidade suficiente de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana (MALUF, 2007, p. 87).

Foi, então, como uma construção de agendas de políticas, tal como definidas por Kingdon (2007), que no âmbito das políticas do Programa Fome Zero, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram concebidos. Como ações no âmbito das políticas agrícolas e de segurança alimentar, com o objetivo de fortalecer a política global de combate à fome (MATTEI, 2007a; MUELLER, 2007; GRISA et al., 2010; DELGADO et al., 2005)

Dessa forma, anotamos que é a partir das construções das agendas dessas políticas públicas de SAN que emerge o lastro de garantias necessárias para produção de cidadania, tal como sugere Sorrentino (2005), através da positivação, reconhecimento e consolidação social da Agricultura familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional, vinculados aos programas PAA e PNAE.

Programas estes que emergem de uma forma diferenciada de pensar e fazer agricultura familiar em função disto “os camponeses, onde quer que vivam, relacionam-se com a natureza em formas que diferem radicalmente das relações implícitas noutros modos de fazer agricultura” (PLOEG, 2008, p. 37).

## **5 | AGROECOLOGIA, PROGRAMAS INSTITUCIONAIS, CONDIÇÃO CAMPONESA E POSITIVAÇÃO ÉTNICO RACIAL QUILOMBOLA**

A partir do ano de 2009, as CRQ do Vale começaram acessar o PAA na modalidade compra direta com doação simultânea. Em 2009 foram 20 famílias, através da Coopafi - Cerro Azul; em 2010, 58 famílias, pela Associação dos Remanescentes de Quilombos do Bairro Sete Barras (vigente 2010/2011). No final do ano de 2012 (vigência 2012/2013), foi aprovado outro projeto para 124 famílias, sendo 59 quilombolas, com total de 180.000 Kg de alimentos verduras, frutas e legumes comercializados semanalmente para escolas de Adrianópolis.

Com relação ao PNAE, a inclusão desses grupos iniciou em 2012, através da construção de um circuito de trocas do Vale do Ribeira, escoando um caminhão de banana ecológica semanalmente para a merenda escolar de Curitiba e região metropolitana, por meio da AOPA.

A partir de 2013 o PAA foi interrompido, mantendo-se somente as entregas do PNAE. Com esse fato, o número de beneficiários, volume e diversidade de produtos foi reduzida, mantendo-se para o ano de 2015 e 2016 principalmente o fornecimento semanal de banana para o PNAE e algumas leguminosas (berinjela, pimentão) pouco perecíveis.

Em 2017 e 2018 essas famílias continuam entregando para esta cooperativa, e destacam que foi possível ampliar a quantidade e a diversidade de produtos entregues para o PNAE estadual via AOPA. Destacam que melhorou as condições de geração de renda. No entanto, observou-se a campo que isso não foi suficiente para re-incluir todas as famílias, principalmente aquelas menos capitalizadas que haviam sido incluídas através do PAA até o ano de 2013.

Outra medida tomada pelo grupo social, visando re-incluir e ampliar o número produtores, a diversificação produtiva e geração de renda, foi operacionalizar um projeto de PNAE especificamente dos quilombolas em 2018, onde quatro famílias, através Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro João Surá, assumiram a comercialização de frutas, legumes, olerícolas, temperos e feijões (convencionais e orgânicos certificados), totalizando R\$ 69.372,30.

Segundo relato de alguns dos beneficiários esse projeto específico da Associação Quilombola possibilitou a ampliação da diversificação produtiva e maior autonomia dos quilombolas, frente a outras associações e processos coletivos regionais de comercialização.

Ao se inserir nos mercados institucionais, esses grupos de agricultores se integram em redes de comercialização para abastecimento do mercado local e regional (Curitiba e região metropolitana), os quais demandaram principalmente a produção de legumes, tubérculos e frutas, fatores que estimularam os quilombolas a adotarem novos padrões de cultivo agrícola.

Além disso, a restrição da demanda de produtos apenas para alimentos de origem orgânica certificada pela Rede Ecovida, através da inclusão desses grupos ao PNAE e à AOPA, a partir de 2015, demandou aos grupos participantes a intensificação de processos de conversão agroecológica de seus sistemas produtivos.

A Rede Ecovida é uma organização social de certificação ecológica que, desde os anos de 1990 é construída no sul do Brasil por agricultores familiares. No Vale do Ribeira essa organização tem se associado aos quilombolas, fomentando além da certificação participativa ecológica, o que se pode denominar de circuitos curtos de comercialização (MALUF, 2004).

A conversão agroecológica, tal como compreendida por Gliessman(2000) e Khatounian(2001), preconiza a transformação das mentalidades dos agricultores, para a adoção de um pensar e praticar agricultura complexa, onde estes passam a racionalizar e substituir o uso de insumos químicos, passando a observar, compreender e manejar os fluxos energéticos da propriedade, recuperando a fertilidade orgânica do solo, otimizando recursos internos da propriedade, reduzindo dependência econômica,

culminando com a sua certificação orgânica.

Para atender a essa nova demanda, os quilombolas mantiveram o cultivo tradicional de feijão, milho e mandioca para subsistência e passaram a cultivar hortas e bananais para comercialização. No cultivo das hortas, assimilaram práticas ecológicas de manejo e conservação do solo, tais como rotação de culturas, adubação verde e compostagem e também a incorporação de alguns macerados.

Essas mudanças nos manejos tradicionais geraram, segundo os entrevistados, melhorias na produção e produtividade agrícola, na sanidade vegetal e na qualidade e diversidade dos alimentos produzidos, melhorando o equilíbrio agroecossistêmico, o que para Gliessman (2000, p. 52) pode ser compreendido como qualificação a ampliação da sustentabilidade, no sentido em que amplia □[...] a condição de ser capaz de colher biomassa [...], porque sua capacidade de se renovar ou ser renovado não é comprometida□.

Além desses dados, com essas conversões ecológicas e inclusão a mercados institucionais, foi observado melhoria tanto de quantidade quanto de diversidade alimentar das famílias participantes, melhorias na geração de renda e autonomia, principalmente para mulheres e jovens, e ampliação da participação social em redes, associações, cooperativas, estimulando a construção social de novos mercados, e a aquisição de novas aprendizagens individuais e coletivas sobre agricultura, gestão e ecologia.

Mediante esses dados, analisa-se que a inclusão dos quilombolas tanto no PAA, quanto mais tarde no PNAE tem melhorado as condições de reprodução social da condição camponesa desse grupos, tal como compreendida por Ploeg(2008). Tendo em vista que, tal como observado a campo, que esse processo recompôs bases ecológicas, produtivas, alimentares e econômicas de reprodução social camponesa desses grupos.

Compreende-se também que a assimilação de manejos ecológicos do solo, bem como a adoção de Metodologias de certificação ecológica participativa tem gerado mudanças no padrão de percepção dos quilombolas sobre a natureza, agricultura e relações sociais, modificando as racionalidades do grupo, construindo o que Brandenburg e Ferreira (2012), denominam de uma racionalidade socioambiental, que se caracteriza pela percepção e compreensão reflexiva da capacidade co-constitutiva humana da ecologia do território, fortalecendo e ampliando processos de conversão agroecológica, construindo o tipo específico de agricultura tradicional de base ecológica estudado por Fidelis(2011).

Por fim, também considera-se que a inclusão dos quilombolas ao PAA e PNAE favoreceu a positivação das identidades desses sujeitos sociais, a etnogênese (ARRUTI, 2006) do grupo, como categoria étnica de agricultores ecológicos quilombolas, na medida em que passaram a □sentir orgulho de ser quilombola□ (entrevistado S.), e que se sentem parte de um processo maior, onde são reconhecidos pela sociobiodiversidade que permanecem cultivando em seus territórios.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de políticas públicas para agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional no Brasil remonta aos anos 1990. Como Políticas propositoras de inclusão social e produtiva, tem promovido e favorecido melhoras nas condições sócio-econômicas de reprodução socioambiental dos quilombolas do Vale.

Além disso, o conjunto dessas iniciativas tem promovido a participação e controle social na certificação ecológica, bem como o equilíbrio dos agroecossistemas locais. Abrindo novas possibilidades de comercialização, aprendizagens e engajamentos sócio-produtivos.

Por fim, reafirma-se a relevância dessas políticas públicas, tendo em vista sua capacidade de recomposição de condições produtivas, ecológicas, econômicas e sociais desses territórios e grupos sociais, o que impacta diretamente os processos de etnogênese do grupo social, entendido como sua posituação sócio-cultural.

## REFERÊNCIAS

ARRUTI, J. M. **Mocambo**. Bauru: EDUSC, 2006.

BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A, D, D. **Agricultores ecológicos e o meio ambiente rural**: visões interdisciplinares. São Paulo: Annablume. 2012.

CARRIL, L. F. Terras de negros no Vale do Ribeira. 1995. 211f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1995.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S.P. **Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais**. Convênio IICA □ OPPA/CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2007.

DESER. Validação de tecnologias e processos alternativos de gestão da sustentabilidade do desenvolvimento em ambiente temático multicomplexo: pobreza, meio ambiente, povos e comunidades tradicionais. Curitiba: DESER, 2008.

FIDELIS, L. M. Quilombos, agricultura tradicional, agroecologia. **Cadernos CERU**. Série 2, v. 22. p. 57-72, jun. 2011.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GRISA, C.; et. al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em debate: apontamentos e questões para debate. **Retratos dos Assentamentos**, Araraquara, n. 13, p. 137-170, 2010.

GTCM. **Relatório do Grupo de Trabalho Clovis Moura**: 2005-2010. Curitiba: GTCM.

IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do território Ribeira**. 1º fase, caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: C.A: Agroecológica. 2001.  
LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnografia**, v.4, n. 02, p 333-354, 2000.

MALUF, R.S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.25, n.1, p.299-322, 2004.

MULLER, A. L.; FIALHO, M.A.V.; SCHNEIDER, S. A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. **Cadernos do CEAM**. Brasília, n. 27, p. 45-74, jul. 2007.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M., MARQUES, M.I.M., SUZUKI, J.C. (Org.). **Geografia Agrária teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270.

PLOEG, J.D. V. Der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: editora da UFRGS. 2009.

\_\_\_\_\_. Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Revista Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, 21, out. 2003. P.42-61.

## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

**Tayronne de Almeida Rodrigues** - Filósofo e Pedagogo, especialista em Docência do Ensino Superior e Graduando em Arquitetura e Urbanismo, pela Faculdade de Juazeiro do Norte-FJN, desenvolve pesquisas na área das ciências ambientais, com ênfase na ética e educação ambiental. É defensor do desenvolvimento sustentável, com relevantes conhecimentos no processo de ensino-aprendizagem. Membro efetivo do GRUNEC - Grupo de Valorização Negra do Cariri. E-mail: tayronnealmeid@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9378-1456>.

**João Leandro Neto** - Filósofo, especialista em Docência do Ensino Superior e Gestão Escolar, membro efetivo do GRUNEC. Publica trabalhos em eventos científicos com temas relacionados a pesquisa na construção de uma educação valorizada e coletiva. Dedicar-se a pesquisar sobre métodos e comodidades de relação investigativa entre a educação e o processo do aluno investigador na Filosofia, trazendo discussões neste campo. Também é pesquisador da arte italiana, com ligação na Scuola de Lingua e Cultura – Itália. Amante da poesia nordestina com direcionamento as condições históricas do resgate e do fortalecimento da cultura do Cariri. E-mail: joaoleandro@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1738-1164>.

**Dennyura Oliveira Galvão** - Possui graduação em Nutrição pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e doutorado em Ciências Biológicas (Bioquímica Toxicológica) pela Universidade Federal de Santa Maria (2016). Atualmente é professora titular da Universidade Regional do Cariri. E-mail: dennyura@bol.com.br LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4808691086584861>.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-334-7

